

RELATÓRIO DE VIAGEM DEPUTADOS LUIZ COUTO E MARIA DO ROSÁRIO

Realização de audiência pública no dia 16 de março de 2007 no Município de Gravataí com a finalidade de averiguar os casos de aliciamento e tráfico de crianças e adolescentes, para fins de exploração sexual, para outros estados do Brasil, bem como identificar, juntamente com as redes de proteção, as fragilidades que rondam estes crimes.

De acordo com investigações da 2.^a DP de Gravataí/RS, há mais de um ano e meio o casal Adão Ribeiro Ruood e Sandra Campos atua como “mula” no tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual na região metropolitana de Porto Alegre.

A rede criminosa aliciava meninas e meninos em situação de vulnerabilidade social a partir do convencimento de suas famílias de que as vítimas seguiriam a carreira de modelo em outros estados brasileiros. Segundo informações colhidas, o agenciamento se dava com o pagamento de R\$ 400,00, mais a promessa de que mensalmente a família seguiria recebendo quantia semelhante. Nos casos em que as famílias não concordaram, as crianças foram raptadas.

As meninas e meninos, após ser mantidos em cativeiro, eram “transportados” pelo investigado Adão, que se deslocava para São Paulo, onde “entregava o pacote” para uma terceira pessoa. Segundo Adão, um caminhão de placas da Argentina, propriedade de uma transportadora daquele país e dirigido por uma pessoa que falava espanhol de alcunha “Chileno”, foi o transporte utilizado por ele para levar suas vítimas pelas estradas brasileiras mais de uma vez. Em São Paulo, ele entregou as meninas e os meninos em Osasco, Ribeirão Preto e na Capital. A partir deste estado, “o pacote” era transportado para Minas Gerais e entregue à investigada Sandra, que o encaminhava para o nordeste brasileiro.

Ainda é incerto o número de pessoas traficadas, mas as investigações prosseguem e mais suspeitos de integrar a organização criminosa já foram presos. De acordo com a imprensa gaúcha, 30 meninas e meninos foram traficados pela quadrilha nos últimos 12 meses.

Ante estes fatos e pela forte evidência da existência de uma rede de tráfico para fins de exploração sexual, ainda não dimensionável, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizaram, no último dia 16 de março, audiência pública no Município de Gravataí com a finalidade de averiguar os casos de aliciamento e tráfico de crianças e adolescentes, para fins de exploração sexual, para outros estados do Brasil, bem como identificar, juntamente com as redes de proteção, as fragilidades que rondam estes crimes.

Estiveram presentes à audiência pública: Deputados Federais Luiz Couto, Maria do Rosário, Paulo Teixeira, Adão Preto, Paulo Roberto Manoel

Pereira, Luis Carlos Busato; Deputado Estadual Carlos Gomes; Vereadores de Porto Alegre, Gravataí, Cachoeirinha, São Leopoldo, Viamão e outros municípios da Região Metropolitana; Secretário Estadual de Justiça e Segurança Enio Bacci; representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) Socorro Tabosa; representantes da chefia da Polícia Civil do RS, da DECA – Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente, da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, da Superintendência da Polícia Federal, do Ministério Público, da Ouvidoria da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do RS, do Movimento Estadual pelo Fim da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, da Coordenação Estadual do Sentinela, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, das Secretarias Municipais de Assistência Social de Porto Alegre e Região Metropolitana, das Secretarias Municipais de Educação de Porto Alegre e Região Metropolitana, dos Conselhos Municipais da Assistência e dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre e Região Metropolitana, dos Departamentos e Assessoria de Políticas para as Mulheres e de Associações de Moradores; Profissionais do Programa Sentinela.

Durante a audiência, os diversos órgãos, especialmente os de investigação, comprometeram-se em intensificar as ações de combate e enfrentamento aos crimes de violência e exploração sexual. Ficou acertado o envio de relatório à Secretaria Estadual de Segurança Pública do RS com os locais onde há suspeita de ocorrência de crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes, segundo informações da CPMI que investigou as redes da exploração sexual de crianças e adolescentes, dos relatórios da Jornada Estadual da Exploração Sexual, das denúncias existentes nos Conselhos Tutelares da região metropolitana e de outras denúncias ainda não investigadas. Combinou-se a realização de encontros periódicos para a formulação de um programa de ações em Porto Alegre e região metropolitana envolvendo os órgãos de investigação e a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente, sendo que a primeira reunião de trabalho será realizada no dia 23 de março de 2007, no município de Gravataí/RS. Também deliberou-se por um trabalho articulado entre as prefeituras e o governo do RS para fazer uma semana de distribuição de panfletos contra todas as formas de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Após a audiência, o Dep. Luiz Couto, a Dep. Maria do Rosário e a representante da SEDH/PR Socorro Tabosa estiveram em contato com Adão Ribeiro Ruood e Sandra Campos, detidos na 2ª DP de Gravataí/RS, na presença de policiais civis responsáveis pelo caso e do advogado do casal. Com base no diálogo estabelecido, consideramos necessário para o esclarecimento dos fatos e para a integridade do detidos que eles não sejam mantidos presos em um mesmo local, como naquele momento em que se encontravam na mesma cela da DP de Gravataí. Destaque-se que os dois encontram-se separados de fato e que Sandra mantém um relacionamento com um outro envolvido na quadrilha, de nome Josildo, morador de Delta/MG, que está foragido.

É importante registrar que o fato de Adão Ribeiro Ruood ter se entregado às autoridades foi motivado, segundo o próprio, pelas ameaças que a quadrilha fazia a seu filho. A disposição de colaborar deste está vinculada ao atendimento da criança, que encontra-se sob guarda do advogado de defesa e até a data em que estivemos na Delegacia visitava cotidianamente os pais.

Com a realização de novo contato da assessoria desta comissão, na pessoa da Dra. Renata Gonzatti, com a DP de Gravataí, na data de 22 de março, obtivemos a informação de que os investigados não mais se encontravam presos, estando em local privado que não poderia nos ser comunicado pelas autoridades. A assessoria está tentando obter com o judiciário alguma informação mais precisa em relação ao paradeiro dos acusados, dado que não está claro se estão sendo assistidos por programa de proteção a testemunhas.

A Frente Parlamentar e a Comissão de Direitos Humanos envidarão esforços para acompanhar as investigações em todo país, operando em São Paulo e nos demais estados-destino, juntamente com autoridades locais, para que se consiga desbaratar, na íntegra, as ações da quadrilha e trazer aos seus lares todas as crianças e adolescentes deles injustamente sacados.

Diante de tudo, reiterando o compromisso de todos os presentes à audiência com a proteção das crianças e adolescentes, ficou deliberado que os seguintes encaminhamentos seriam levados ao Ministério da Justiça, o que ora fazemos:

Considerando que nos deparamos com uma organização criminosa que atua em vários estados do território nacional, especialmente na rota sul – sudeste – nordeste, em ações caracterizadas como tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, e que possivelmente esta organização atue no plano internacional (havendo informações prestadas por Adão de que meninas eram levadas para a Itália), solicitamos à Vossa Excelência que a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal passem a integrar e coordenar as ações nacionais de investigação deste caso;

- Busca de identificação e localização das vítimas deste tráfico humano perpetrado, clareando quem são as 30 crianças e adolescentes levados do RS, considerando que até o momento apenas 2 foram identificadas;
- Encaminhamento da investigada Sandra e de seu filho ao Programa de Proteção de Testemunhas e Familiares (PROTEGE). Posteriormente, com apoio da SEDH/PR, constatou-se ser mais adequado o encaminhamento ao Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas do Ministério da Justiça. Assim, desde já solicitamos sua ação no sentido de inserir a investigada e seu filho no referido programa, s.m.j., ressaltando que correm risco de morte por colaborar com as investigações;

- Iniciativa de esclarecimento junto aos órgãos competentes no estado sobre a localização dos investigados e sobre a condição legal dos mesmos (se com prisão decretada pela Justiça, etc.);
- Localizar os denunciados por Adão e Sandra como integrantes desta quadrilha, sendo de nosso conhecimento Josildo de Uberaba/MG, Chileno, Caetano de São Paulo, Gil de MG; Rosi, Preta e Maria de Lourdes, aliciadoras no RS.

Participaram dessa missão externa, além do Deputado Luiz Couto e Maria do Rosário os deputados federais Paulo Teixeira, Adão Preto, Paulo Roberto Manoel Pereira e Luis Carlos Busato.

Deputado Luiz Couto

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

Deputadal Maria do Rosário

Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente